



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 18

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/09/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 11/09/2012

ATA Nº 18

----- Aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olimpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de Agosto de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - 2ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a 2ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012, em que constam os seguintes valores:-----

----- Na receita, de diminuições/anulações, o valor de 800.000,00€; na despesa, de inscrições/reforços 140.000,00€ e de diminuições/anulações 940.000,00€.-----

----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 2.084.000,00 €.-----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submetê-los à Assembleia Municipal nos termos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.1.2 - Protocolo de Divisão de Energia Eólica produzida nos Limites dos Concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis

----- Foi presente a Informação nº 018 do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: ---

----- " Após análise dos mapas de apuramento das contas relativas ao Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis, informo V.Exª dos valores apurados referentes ao 2º semestre de 2011:-----

----- - Parque Eólico Pampilhosa da Serra - 37 107,53 €;-----

----- - Parque Eólico Malhadas Góis - 14 720,96 €;-----

----- - Parque Eólico Cadafaz - (14 691,87)€.-----

----- Valor a transferir para o Município de Góis - 37 136,62 €. "-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.1.3 - DGAI - Direção Geral de Administração Interna

- Recenseamento Eleitoral - 2012

- Transferência de verbas para as autarquias locais

----- Foi presente um ofício da DGAI - Direção Geral de Administração Interna, a comunicar que vão proceder à transferência de verbas a que se refere o nº 1 do artº 72º da



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Lei nº 13/99, de 22 de Março. Mais referem que de acordo com o nº 1 do artº 3º do DL atrás citado, o montante da verba a transferir para cada município, no caso da Pampilhosa da Serra o valor 406,07 €, será atribuído às freguesias do concelho, no âmbito do recenseamento eleitoral 2012. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para as freguesias o valor correspondente. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.1.4 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vidual

- Restauro da Igreja de Vidual
- Pedido de apoio

----- Foi presente uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vidual, datada de 2 de setembro do corrente ano, do seguinte teor: -----

----- *“Na sequência da reunião do Conselho Económico da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vidual, realizada no passado dia 21/07, em que foram abertos e discutidos orçamentos anteriormente pedidos para a reparação de infiltrações nas torres e cobertura da igreja, com substituição das telhas e acessórios, pintura exterior e interior e cujos trabalhos excedem largamente o nosso orçamento, vem este Conselho Económico solicitar uma vez mais ajuda para que possamos efetuar as obras de que tanto necessita.* -----

----- *A nossa igreja, como o Sr. Presidente conhece bem, pela sua arquitetura, faz encarecer o custo da reparação, mas que de todo pretendemos manter. Sabemos que o tempo é de crise mas também sabemos que o Sr. Presidente, conhecendo como conhece o Vidual e cada um dos seus habitantes, fará o impossível para que nos possamos orgulhar do nosso lindo edifício da igreja.*-----

----- *O orçamento que este concelho económico aprovou foi o da firma JRD Construções de Edifícios, Lda e que a comunidade de Vidual, através deste concelho, ficaria muito grata se o Sr. Presidente nos pudesse oferecer a telha e acessórios para a sua cobertura (9.388,71 € c/IVA) ”* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vidual, no valor de 9.000,00 €, destinado ao pagamento da telha e acessórios para a sua cobertura, mediante Protocolo. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Indemnização devida pela ocupação de uma parcela de terreno, sita em Fundo do Vale - Amoreira Cimeira - Portela do Fojo

----- Pelo Sr. Presidente foi proposto: -----

----- Considerando que é intenção desta Autarquia, proceder ao alargamento da via pública, sita no lugar denominado por Fundo do Vale, na localidade de Amoreira Cimeira, freguesia de Portela do Fojo; -----

----- Tendo em conta que o prédio necessário para o efeito é pertença do Sr. Mário Lourenço das Neves Tomé, casado no regime da comunhão geral de bens com Maria Isabel Lopes Simões Tomé, portador do cartão de Cidadão nº 00681513 8 ZZ4, válido até 24/06/2014, com o NIF 184.017.807, residente na Rua Teófilo Martins Oliveira, nº 11. 2º Dtº, 2665-219 Malveira. -----

----- Considera-se necessário indemnizar o referido Senhor, pelo valor acordado de € 1.000,00 (mil euros), devida pela ocupação de 70 m2 do seu terreno rústico inscrito na matriz predial sob o artº nº 2041, sito em Fundo do Vale - Amoreira Cimeira, na Freguesia de Portela do Fojo, concelho de Pampilhosa da Serra, área essa, destinada a integrar o Domínio Público Municipal, designadamente o alargamento da via pública referida. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2.2 - Proposta do Sr. Presidente

----- Considerando que na aldeia de Sobral de Baixo existiam alguns imóveis em ruína, localizados na rua lateral à Casa de Convívio, junto ao recinto da festa anual, que se encontravam desabitados há mais de 40 anos, em estado de visível abandono; -----

----- Por acordo com os respetivos proprietários foram os referidos imóveis demolidos, passando a área a eles afeta a ser abrangida pela rua confinante, a qual foi alargada;-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Desconhecendo-se os artigos matriciais a que correspondiam tais imóveis, não foi possível proceder à respetiva regularização junto dos serviços de finanças de Pampilhosa da Serra; -----

----- Não obstante, considerando que um dos imóveis, entretanto, foi identificado como o correspondente ao artigo matricial urbano 603, da freguesia de Pampilhosa da Serra; ---

----- Com vista à regularização do mesmo junto daqueles serviços de finanças, parece-me pertinente que a Câmara Municipal delibere, efetivamente, integrar a área (de 20 m²) afeta ao artigo matricial urbano inscrito sob o artigo n.º 603, no domínio público municipal, designadamente afetá-la ao alargamento da rua lateral à Casa de Convívio de Sobral de Baixo.-----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

2.2.3 - Unidade Hoteleira de Pampilhosa da Serra

Proposta do Sr. Presidente:

----- Considerando que: -----

----- De acordo com a alínea a) do art. 10º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o art. 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12/11, na sua atual redação, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados em território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram situados; -----

----- Nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 e do n.º 5 do art. 112º do CIMI, os municípios, por deliberação da assembleia municipal, definem as taxas aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, entre os limites definidos na Lei; -----

----- o n.º 6 do art. 112º do CIMI refere que, por deliberação da assembleia municipal, podem os municípios majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto, definindo, para o efeito, as áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou de combate à desertificação; -----

----- E QUE: -----

----- a construção e funcionamento de uma unidade hoteleira de 4 estrelas na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra é de suma importância para a estratégia de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

desenvolvimento definida e adotada pelo Município; -----

----- à autarquia municipal, como legítima representante das populações, cabe dar resposta e satisfazer as necessidades básicas em termos de qualidade de vida daqueles que representa, mas cabe-lhe também promover, apoiar e incentivar todas as iniciativas privadas ou públicas relacionadas com a implementação de projetos que visem assegurar a qualidade de vida, a criação de riqueza e fixação de postos de trabalho o que irá originar, consequentemente, uma maior fixação da população. Sendo certo que a entrada em funcionamento do Villa Pampilhosa Hotel tem de ser considerada também um meio de combate à desertificação do concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- no âmbito das suas atribuições e administrando um território dos mais desertificados e pobres do país, é obrigação do Município apoiar todas as iniciativas privadas de investimentos em todos os setores uma das quais, e de suma importância, foi materializada com a construção e entrada em funcionamento do Villa Pampilhosa Hotel, que urge continuar a apoiar, a bem do desenvolvimento turístico e económico do concelho e, consequentemente, do combate à desertificação; -----

----- Tendo ainda em conta que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (atenta a sua deliberação tomada em reunião realizada em 14/09/2010), deliberou na sua sessão de 25/09/2012 declarar a instalação de uma Unidade Hoteleira de 4 estrelas, com 52 quartos, na vila de Pampilhosa da Serra, como empreendimento de interesse municipal; -----

----- Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere: -----

----- Aprovar e submeter à assembleia municipal, à semelhança dos dois anos anteriores, de acordo com a alínea a) do nº 6 do art. 64º e alínea f), do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, atentas também as alterações supervenientes, para aprovação por este órgão deliberativo: -----

----- Nos termos e para os efeitos do nº 6, do artigo 112º do CIMI, minorar em 30% a taxa de IMI relativamente ao prédio urbano a que o hotel diz respeito, ao qual foi atribuído o artigo provisório 3542, encontrando-se o mesmo para avaliação. Sendo certo que o mesmo é proveniente do artigo URBANO, designado por lote 8E, composto por terreno para construção, com a área de 9.510 m2, sito no lugar, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra sob o artigo matricial número 3497 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 8175, da freguesia de Pampilhosa da Serra, propriedade da sociedade comercial por quotas VILLA PAMPILHOSA HOTEL, LDA, com o NIIF/NIPC: 509436625. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.2.2 – Proposta do Sr. Presidente

----- Considerando que na aldeia de Sobral de Baixo existiam alguns imóveis em ruína, localizados na rua lateral à Casa de Convívio, junto ao recinto da festa anual, que se encontravam desabitados há mais de 40 anos, em estado de visível abandono; -----

----- Por acordo com os respetivos proprietários foram os referidos imóveis demolidos, passando a área a eles afeta a ser abrangida pela rua confinante, a qual foi alargada; -----

----- Desconhecendo-se os artigos matriciais a que correspondiam tais imóveis, não foi possível proceder à respetiva regularização junto dos serviços de finanças de Pampilhosa da Serra; -----

----- Não obstante, considerando que um dos imóveis, entretanto, foi identificado como o correspondente ao artigo matricial urbano 603, da freguesia de Pampilhosa da Serra; ---

----- Com vista à regularização do mesmo junto daqueles serviços de finanças, parece-me pertinente que a Câmara Municipal delibere, efetivamente, integrar a área (de 20 m²) afeta ao artigo matricial urbano inscrito sob o artigo n.º 603, no domínio público municipal, designadamente afetá-la ao alargamento da rua lateral à Casa de Convívio de Sobral de Baixo. -----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

3.1 – TURISMO

3.1.1 – Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa – 2013

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da estratégia de marketing territorial elaborada por este Município para a área do turismo, consideramos extremamente adequada a participação/representação do município de Pampilhosa da Serra na Bolsa de Turismo de Lisboa – 2013 (BTL), em molde idêntico ao ano transato, com stande de 81 m² sendo o valor do m² x 4 frentes a 109,00€. O valor total da participação é de 11.443,03€, já com IVA. -----

----- Informamos que a próxima edição da BTL/2013 vai comemorar 25 anos de realização e através de ofício enviado pela AIP Feiras, Congressos e Eventos, fomos informados que para



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

beneficiar de um desconto de 10% sobre o valor da área ocupada, deveremos devolver devidamente preenchida até ao dia 14 de setembro a requisição do espaço, acompanhado do pagamento inicial de 25% do valor total de corresponde a 2.860,76 €. Os restantes 75% (8.582,27€) serão pagos no dia da abertura da BTL 2013. Em anexo junta-se a requisição de participação(...). À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

3.1.2 – Protocolo de Colaboração com ADXTUR (Valorização das margens do rio Unhais – Derivações GRAX)

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- "Deu entrada nestes serviços uma proposta de protocolo a celebrar entre o município e a Adxtur, pelo que: -----

----- Considerando a importância da divulgação da marca "Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza"; -----

----- Considerando a necessidade de articular a rede de infraestruturas de natureza já existentes (6 percursos pedestres, Grande Rota do Xisto e o Centro de BTT); -----

----- Considerando o correto e adequado ordenamento e planeamento da oferta turística do concelho (ligação pedestre e btt entre aldeias de xisto, praias fluviais e a unidade hoteleira do concelho); -----

----- Vimos propor a celebração do presente protocolo a celebrar entre ADXTUR e o Município, por forma a iniciar os procedimentos relativos à implementação das duas derivações da "GRAX". -

----- 1. Pampilhosa da Serra – Barragem de Stª Luzia -----

----- - Derivação 1 custo total elegível 14.000,00€; -----

----- 2. Barragem de Santa Luzia – Unhais-o-Velho -----

----- - Derivação 2 custo total elegível 8.000,00 € -----

----- Mais informamos que um dos aspetos vertidos no protocolo a celebrar, inclui transferências deste município para ADXTUR até ao montante máximo de 30% do valor total elegível na candidatura (22.000,00 €). -----

----- Em anexo a minuta do Protocolo. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o competente Protocolo.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - ACÇÃO SOCIAL

4.1.1 - Pedido de transporte no período escolar - Aluna Catarina Santos Bernardo

----- Foi presente uma carta do seguinte teor: -----

----- “ Eu, Alberto dos Santos Gaspar, encarregado de educação de minha filha Catarina Santos Bernardo, venho por este meio solicitar transporte no período escolar, às segundas-feiras com saída da Póvoa da Raposeira às 06:00h para Dornelas do Zêzere e às sextas-feiras às 19:45h de Dornelas do Zêzere para a Póvoa da Raposeira. -----

----- Este meu pedido prende-se pelo facto de toda esta situação se ter complicado por falta de não haver o 10º ano na escola de Pampilhosa da Serra, onde a minha filha estudava, assim, tive de a colocar no Fundão, por este motivo a minha situação económica agravou-se, como é do seu conhecimento.” -----

----- Face ao teor da referida comunicação, o Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte:-----

----- Tendo em conta que o número de alunos para o 10º ano, no novo ano escolar 2012 / 2013 é de apenas cinco, a DREC determinou o encerramento da turma, uma vez que fica abaixo do número de alunos que a lei estabelece. Entretanto e face à necessidade e urgência de matricular os filhos, os encarregados de educação não tiveram outra alternativa senão fazê-lo em estabelecimentos de ensino de concelhos limítrofes, no caso em apreço, o do Fundão. -----

----- Face à situação descrita, que de início lhe foi transmitida pela DREC, reuniu de imediato com a Srª Diretora, a quem manifestou a sua preocupação e evidenciou a necessidade de se encontrar uma solução ou uma resposta eficaz para os cinco alunos do 10º ano da Pampilhosa. -----

----- Entretanto, teve conhecimento que o problema foi objeto de análise e foi-lhe posteriormente comunicado pela Srª Diretora da DREC que seria feita uma exceção relativamente à aceitação do número de alunos (cinco) para o 10º ano da Escola de Pampilhosa da Serra. Mais tarde, veio a verificar-se que afinal não abriria a referida turma, configurando-se assim um retrocesso da última decisão que havia sido tomada pela DREC. Tal facto ficou a dever-se a uma falha de comunicação entre aquela entidade e a Direção da Escola da Pampilhosa, que veio transtornar e alterar tanto a vida dos alunos como a dos seus encarregados de educação, no que a transportes escolares e alojamento diz respeito, o que lamenta profundamente. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto, o restante Executivo manifestou também a sua indignação e incredulidade pelas consequências resultantes da falha de comunicação que ouve entre as duas instituições. -----

----- Relativamente ao pedido supra e após as explicações dadas pelo Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder a um ajuste direto para o referido transporte, no período escolar em apreço.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

4.1.2 - Prémio ao melhor aluno

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *" No seguimento de anos anteriores, venho por este meio apresentar listagem dos melhores alunos do ano letivo de 2011/2012 para proposta de atribuição de um prémio no valor de 100,00 €.*-----

----- *De referir que se pretende que sejam as próprias crianças/jovens a usufruir do prémio, pelo que se propõe a aquisição de um cartão pré-pago e autorização para acompanhamento das referidas crianças a um local onde seja possível utilizar o referido cartão. À consideração superior. "*-----

Melhor Aluno no ano letivo 2011/2012

Ano / Turma	Aluno(a)
1º Ano (Sede)	Eduarda Filipa Freitas de Almeida
2º Ano (DZ)	Leandro Reis Pereira
3º Ano (Sede)	Filipa Cristina Olivença dos Santos
4º Ano (Sede)	Mariana Dias Santos
5º Ano A	Francisca dos Santos Caires
6º Ano B	Luís Carlos Carlota Ramos
7º Ano B	Andreia Bernardo Almeida
8º Ano A	Ricardo Almeida Vicente
9º Ano A	Aurélio José Martins dos Santos
1º CP Restauração	Elza Manuela Santos Martins
11º Ano A	Eduardo Daniel Nunes Cortês
3º CP Restauração	Daniel José Ferreira Colaço



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento, e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, eram dezoito horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,

[Handwritten signature]

, que a subscrevi. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]